



PROGRAMA

As diversas aplicações da Técnica Concessória

7 fevereiro de 2020

Sessão 1 - A concessão administrativa: elementos identitários de um instituto com múltiplas naturezas e aplicações

Pedro Costa Gonçalves (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e Morais Leitão)

Tópicos indicativos:

- A concessão como figura histórica central do Direito administrativo
- O conceito de concessão no Direito da União europeia e o conceito de serviços económicos de interesse geral
- Da existência de um elemento identitário comum ao instituto concessório
- Os instrumentos de atribuição da concessão: ato vs. contrato
- As principais classificações de concessões: de colaboração vs. de atribuição; constitutivas vs. translativas.

Sessão 2 – Os principais tipos de concessões no ordenamento jurídico português

Maria João Estorninho (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)

Tópicos indicativos:

- Concessões de obras públicas
- Concessões de serviços públicos
- Concessões de utilização privativa do domínio público
- Concessões de exploração do domínio público
- Concessões mistas
- Figuras afins

14 de fevereiro

Sessão 3 – Concessões e PPP: elementos de redundância e de autonomia

Mark Kirkby (Sérvulo)

Tópicos indicativos:

- Conceito de PPP e seus elementos caracterizadores
- Âmbito de aplicação do regime das PPP
- A concessão enquanto principal instrumento de instituição de PPP
- O sentido geral do regime jurídico das PPP's e da sua autonomia face ao regime dos contratos que as instituem
- A natureza expansiva do conceito de PPP à luz da recente jurisprudência do Tribunal de Contas

Sessão 4 – Objetivos, experiências e potencialidades das PPP

Fernando Faria (KPMG)

Tópicos indicativos:

- Os objetivos económicos e sociais das PPP
- O papel das PPP no quadro das funções do Estado
- A importância das PPP nas economias mundiais
- Os *down-sides* das PPP
- A viabilidade das PPP nos países desenvolvidos e não desenvolvidos
- As áreas tradicionais de desenvolvimento das PPP's vs. as áreas de desenvolvimento futuro

A conceção e preparação das concessões em regime de PPP

21 de fevereiro

Sessão 5 – O procedimento de lançamento de uma PPP e seus intervenientes

Maria Zagallo (Presidente da Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos -UTAP)

Tópicos indicativos:

- Considerações introdutórias sobre o procedimento previsto no Decreto-Lei 111/2012, de 23 de maio: da conceção à decisão de lançamento de uma PPP
- Os objetivos do procedimento de decisão de lançamento de uma PPP
- Os intervenientes no procedimento
- O papel da UTAP
- A possibilidade de intervenção dos agentes do mercado no processo decisório

Sessão 6 – Os fatores críticos na preparação de uma PPP (Parte I)

Miguel Leal de Faria (Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos -UTAP)

Tópicos indicativos:

- Os princípios gerais subjacentes à preparação de PPP (o *value for Money* e o comparador público)
- Os pressupostos económico-financeiros de lançamento das PPP
- A prática portuguesa na preparação de PPP

28 fevereiro

Sessão 7 – Mesa redonda: Os fatores críticos na preparação de uma PPP (Parte II): a partilha de riscos na perspetiva pública e dos operadores privados

Moderador: Rui Manteigas (Associação Portuguesa das Sociedades Concessionárias de Autoestradas ou Pontes com Portagens -APCAP)

A Perspetiva Pública: Ernesto Ribeiro (Ex-Parública) e **Vítor Almeida** (Vítor Almeida e Associados, SROC)

A Perspetiva Privada: Joaquim Sarmento (ISEG - Lisbon School of Economics & Management

Da Universidade de Lisboa e OPPP -Observatório das Parcerias Público-Privadas em Portugal/UCP) e **Maria Castelos** (Campos Ferreira, Sá Carneiro & Associados)

Tópicos indicativos:

- Tipos de riscos
- A correta repartição de riscos: princípios e critérios
- Os erros mais comuns da repartição dos riscos
- Limites à liberdade de estipulação destinados a impor uma partilha de riscos que salvaguarde o concedente
 - Partilha de riscos
 - Viabilidade económico-financeira do projeto
 - Indicadores de desempenho

6 de março

Sessão 8 – Mesa Redonda: Os fatores críticos na preparação de uma PPP (Parte III): as ‘boas’ e as ‘más’ PPP

Moderador: Vítor Domingues dos Santos (Presidente do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa)

A Perspetiva Pública: Maria Zagallo (Presidente da Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos -UTAP) e **João Pedro Canto e Castro** (Infraestruturas de Portugal)

A Perspetiva Privada: Luís Branco (Morais Leitão) e **Vasco Antunes Pereira** (CEO Lusfadas Saúde)

Tópicos indicativos:

- Avaliação crítica da experiência das PPP's em Portugal
- Os bons e maus exemplos de PPP's em Portugal
- Perspetivas de futuro das PPP's em Portugal

13 de março

Sessão 9 – Os limites institucionais/orçamentais ao risco financeiro associado às PPP's e os mecanismos de controlo das PPP's

Nazaré Costa Cabral (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Presidente do Conselho Superior do Conselho das Finanças Públicas)

Tópicos indicativos:

- Enquadramento orçamental e contabilístico das Parcerias Público-Privadas e Parcerias Público-Públicas
- Mecanismos de controlo e acompanhamento

Sessão 10 – A multipolaridade subjetiva das PPP

Pedro Melo (Miranda)

Tópicos indicativos:

- Os diversos intervenientes das PPP
- A estrutura jurídica das PPP
- Os “contratos de projeto”

20 de março

Sessão 11 – Financiamento e estrutura financeira das PPP

Francisco Ferraz de Carvalho (*Linklaters*)

Tópicos indicativos:

- O “*project finance*”
- Os constrangimentos à execução, modificação e extinção do contrato associados ao *project finance*
- Os “contratos de projeto”

Formação e regime substantivo dos contratos de concessão

20 de março

Sessão 12 – Os procedimentos de formação dos contratos de concessão

Miguel Assis Raimundo (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Advogado)

Tópicos indicativos:

- Concessões sujeitas à Diretiva 23/2014/EU e ao CCP e concessões excluídas
- Os critérios de escolha e os procedimentos aplicáveis à formação dos contratos de concessão sujeitos à Diretiva 23/2014/UE e ao CCP
- Os procedimentos aplicáveis à formação dos contratos de concessão (de colaboração) não sujeitos à Diretiva 23/2014/UE e ao CCP
- Aspectos específicos dos procedimentos de formação dos contratos de concessão
- Aspectos específicos dos procedimentos de formação de contratos de concessão que instituem PPP

27 de março

Sessão 13 – Os procedimentos de formação dos contratos de concessão II

João Amaral e Almeida (*Sérvulo*)

Tópicos indicativos:

- A elaboração de modelos de avaliação em procedimentos concorrenciais relativos a concessões
- As dificuldades e soluções possíveis

Sessão 14 – Âmbito e aspetos gerais do regime substantivo dos contratos de concessão

Lino Torgal (*Garrigues*)

Tópicos indicativos:

- Âmbito de aplicação do regime substantivo do CCP relativo a concessões
- Novidades sobre concessões na revisão do CCP de 2018
- O valor do contrato
- O prazo dos contratos

Sessão 15 – O concessionário

José Luís Esquível (Esquível & Associados)

Tópicos indicativos:

- Limites ao objeto social do concessionário
- Cláusulas relativas à estrutura acionista do concessionário
- Direitos e obrigações principais do concessionário, em especial o alcance do exclusivo concessório

17 de abril

Sessão 16 – Os bens da concessão

Paulo Barros Batista (VdA)

Tópicos indicativos:

- Conceito(s) de estabelecimento da concessão e bens afetos à concessão
- O regime dos bens da concessão

Sessão 17 – As relações jurídicas subjetivas entre a “concessão” e os ‘utentes’ e ‘administrados’

Pedro Moniz Lopes (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Cardigos)

Tópicos indicativos:

- Os códigos de exploração
- As cláusulas com efeito regulamentar
- O exercício de poderes públicos pelo concessionário, em particular, os poderes de fixação de taxas e tarifas e mecanismos de proteção dos utentes
- O direito dos particulares ao cumprimento do contrato de concessão

24 de abril

Sessão 18 – As modificações objetivas dos contratos de concessão

Ana Gouveia Martins (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Abreu Advogados)

Tópicos indicativos:

- Aspectos específicos do regime de modificação objetiva das concessões
- Limites às modificações: o modo de articulação dos limites impostos pelos artigos 313.º e 420.º-A do CCP.
- Regime específico de modificações de PPP impostos pelo Decreto-Lei n.º 111/2012

Sessão 19 – As modificações subjetivas dos contratos de concessão

Mafalda Carmona (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e *Cuatrecasas*)

Tópicos indicativos:

- Cessão da posição contratual e subcontratação
- Mecanismos legais e contratuais impositivos de uma relativa estabilidade da estrutura acionista do concessionário
- Incidência específica de cláusulas de *step-in and step out*

8 de maio

Sessão 20 – O equilíbrio financeiro – regime geral

Pedro Leite Alves (Jardim, Sampaio & Associados)

Tópicos indicativos:

- Reposição do equilíbrio financeiro e partilha de benefícios
- Fundamentos do direito à reposição do equilíbrio financeiro
- Objetivos da reposição do equilíbrio financeiro
- Formas de reposição do equilíbrio financeiro
- Aspectos procedimentais do regime legal da reposição do equilíbrio financeiro em PPP no Decreto-Lei 111/2012

Sessão 21 – O equilíbrio financeiro – métodos e critérios para aferir a medida da reposição

Tiago Martins (Banco BEM)

Tópicos indicativos:

- Métodos e critérios de aferição da medida da reposição
- O caso-base como paradigma do contrato equilibrado e como instrumento para a determinação da medida da reposição
- Os erros mais frequentes na utilização do caso-base como instrumento para a determinação da medida da reposição
- A necessidade de avaliação do caso-base
- A reposição do equilíbrio financeiro sem caso-base

15 de maio

Sessão 22 – Caso de estudo sobre vicissitudes da execução contratual: O contrato de concessão com a ANA-Aeroportos de Portugal para a gestão da rede de aeroportos nacionais

Duarte Silva (Infraestruturas de Portugal, S.A)

Tópicos indicativos:

- Importância de uma abordagem multidisciplinar na formação e gestão de contratos de concessão
- A organização do Estado e consequências para a sua posição contratual
- A preservação do papel estratégico do Estado
- Lidar com a incerteza e os méritos e deméritos da incompletude contratual
- O impacto real de "pequenas" cláusulas contratuais
- Dinâmicas negociais e mecanismos de desbloqueio

Sessão 23 – A dinâmica da execução contratual e os poderes do concedente

Mário Aroso de Almeida (Escola de Direito da Universidade Católica do Porto)

Tópicos indicativos:

- Poderes vs. direitos do concedente
- Resolução sancionatória
- Sequestro
- Resgate
- Resolução fundada numa alteração anormal das circunstâncias e facto do príncipe

22 de maio

Sessão 24 –A arbitragem nas concessões

Rui Medeiros (Escola de Direito da Universidade Católica de Lisboa e Sérvulo)

Sessão 25 –A arbitragem nas concessões

João Tiago Silveira (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Morais Leitão)



CURSO PÓS-GRADUADO SOBRE CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP)



CURSO PÓS-GRADUADO SOBRE CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP)

INFORMAÇÕES

Todas as sessões serão à sexta feira, entre as 16h30 e as 18h00 e as 18h30 e as 20h00, na FDUL, em sala a indicar, com exceção da sessão de dia 27 de março, que integra uma sessão suplementar com início às 14h45 e término às 16h15, a que se seguem as sessões entre as 16h30 e as 18h00 e as 18h30 e as 20h00.

Propina: 850€

- Propina reduzida (€637,50) nos seguintes casos: associados da ANJAP; desembargadores, dirigentes ou trabalhadores do TCA Sul; membros do CAAD (mediante prova da respetiva condição);

Nota: os descontos não são cumulativos.

Inscrições:

- Online - através do botão respetivo, no menú vermelho, acima nesta página.
- Para a modalidade de propina reduzida, deverá selecionar a opção "desconto previsto no curso", antes de selecionar o valor a pagar, selecionando depois o valor referente à modalidade em que se enquadra e fazendo upload do respetivo comprovativo da condição.
- Não necessita enviar comprovativo dos pagamentos multibanco feitos na sequência da inscrição online.
- Todas as entidades que necessitem de emissão prévia de factura, deverão enviar a Nota de encomenda ou Requisição de factura em nome do ICJP, NIF 506 512 495 para o e-mail icjp@fd.ulisboa.pt identificando nome do participante a inscrever, nome do curso/conferência e data do mesmo, após efectivação da inscrição online (opção pela modalidade de pagamento por transferência bancária).
- As inscrições ficam confirmadas com a regularização do respetivo pagamento.

Contactos:

Dra. Telma Oliveira, 2.ª a 6.ª feira das 10h30 às 13h30 e das 14h30 às 18h30.

Telefone: 217 820 265 – Tml.: 933 469 330 - E-mail: icjp@fd.ulisboa.pt



CURSO PÓS-GRADUADO SOBRE CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP)

FICHA TÉCNICA

Coordenação Científica

- Prof.ª Doutora Ana Gouveia Martins
- Mestre Mark Kirkby

Organização



Sérvulo & Associados | Sociedade de Advogados, SP, RL